



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANA LAURA OGLIARI

**MOVIMENTO SUL É MEU PAÍS
ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO E AÇÃO**

**CHAPECÓ
2019**

ANA LAURA OGLIARI

MOVIMENTO SUL É MEU PAÍS
ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO E AÇÃO

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.
Orientador:: Profa. Dr. Mônica Hass

CHAPECÓ
2019

Ogliari, Ana Laura

Movimento Sul é Meu País: ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO E AÇÃO / Ana Laura Ogliari. – 2019.

52 f.: il.

Orientador:: Profa. Dr. Mônica Hass.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências Sociais, Chapecó, SC, 2019.

1. Região Sul. 2. Organização. 3. Movimento Separatista. I. Hass, Profa. Dr. Mônica, orientador:. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

© 2019

Todos os direitos autorais reservados a Ana Laura Ogliari. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: anaa.ogliari@gmail.com

Dedico este trabalho à memória das minhas avós: Eli e Terezinha, por todo exemplo de vida e amor incondicional dedicado a suas famílias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Ivone, que sempre me recebe com o mesmo sorriso, meu braço e porto seguro, sinal do mais puro amor. E, mesmo em momentos difíceis nunca me deixou desanimar ou desistir. A meu Pai Mateus, que sempre ensinou a importância da luta pelo povo oprimido, e nunca permitiu que eu abaixasse a cabeça. Ambos agricultores, das mãos calejadas e pele queimada do sol, nos ensinaram que a educação é o melhor instrumento de mudança da sociedade. À Francieli, que sempre foi exemplo de luta pela vida, resistência e bravura para nunca desistir dos desafios que aparecem no caminho. À Aline, que me acompanhou de perto durante a graduação, sendo minha conselheira e companheira, que inspira por sua militância e postura frente às ameaças de retrocesso na nossa sociedade. Ao Thiago, por todo amor e compreensão, por ser meu porto seguro, e sempre estar junto comigo, me incentivando e ajudando. De forma carinhosa e cheia de saudade, agradeço a minha Nona Terezinha, que foi meu suporte no primeiro ano de graduação, e que sempre fez tudo o que estava ao seu alcance para que eu realizasse o sonho da graduação. Agradeço também essa instituição de ensino, meus professores e meus colegas que me permitiram chegar até aqui, em especial à minha orientadora Mônica Hass pela compreensão e amizade no transcórre dessa pesquisa. Não de forma menos importante, a todos meus companheiros da Pastoral da Juventude, que me trouxeram até aqui, compreendendo minhas faltas, e ajudando em minha formação como cidadã. Meu muito obrigada a todas e a todos!

Senhor cidadão, senhor cidadão
Me diga, por quê, me diga por que
você anda tão triste? tão triste
Não pode ter nenhum amigo, senhor cidadão
na briga eterna do teu mundo, senhor cidadão
tem que ferir ou ser ferido, senhor cidadão
O cidadão, que vida amarga, que vida amarga.
Oh senhor cidadão, eu quero saber, eu quero saber
com quantos quilos de medo, com quantos quilos de medo
se faz uma tradição?
Oh senhor cidadão, eu quero saber, eu quero saber
com quantas mortes no peito, com quantas mortes no peito
se faz a seriedade?
Senhor cidadão, senhor cidadão
eu e você, eu e você
temos coisas até parecidas, parecidas:
por exemplo, nossos dentes
senhor cidadão, da mesma cor, do mesmo barro
senhor cidadão, enquanto os meus guardam sorrisos
senhor cidadão, os teus não sabem senão morder
que vida amarga
Oh senhor cidadão, eu quero saber, eu quero saber
com quantos quilos de medo, com quantos quilos de medo
se faz uma tradição?
Oh senhor cidadão, eu quero saber, eu quero saber
se a tesoura do cabelo, se a tesoura do cabelo
também corta a crueldade
Senhor cidadão, senhor cidadão
Me diga por que, me diga por que
Me diga por que, me diga porque
(Tom Zé – Senhor Cidadão)

RESUMO

Este trabalho aborda a temática da organização do movimento separatista O Sul É O Meu País, com foco na organização e ações das comissões municipais da região de Chapecó – SC. Foi traçado uma linha histórica de movimentos que buscavam de uma ou outra forma a separação da região sul brasileira ao longo dos anos, e como isso influencia na construção desse movimento contemporâneo, que traz novamente argumentos direcionados a questão de impostos cobrados pelo governo federal e retorno à região sul e a descrença nos políticos. Numa era onde as redes sociais virtuais ganham força na sociedade, a organização busca se adaptar e alcançar maior número de pessoas na divulgação de suas ideias e ações. Além disso, analisou-se os ciclos e as lideranças principais da instituição, qual a importância das comissões municipais na realização dos eventos junto à comunidade, e de que forma as redes sociais da web interferem na comunicação e mobilização dos líderes e apoiadores. Foi utilizado como fonte para a realização dessa pesquisa livros, artigos, jornais, os canais oficiais da instituição na web além de entrevista com líderes das comissões.

Palavras-chave: Região Sul. Organização. Movimento Separatista.

ABSTRACT

This present study address the separatist movement organization O Sul É Meu País, where in loose translation from portuguese is The South Is My Country, focusing in the organization and actions of the municipal commissions of Chapecó regions, in the state of Santa Catarina. It was developed a historical timeline from movements that were seeking a way to split the south region along years, and how this fact inflicts in the builds of this contemporaneous movement, where brings again, arguments directed to federal taxes, its return to south region and political disillusion. In an age where online social networks get stronger in our society, the separatist organization aims to adapt and reach a bigger number of people in the promotion of its ideas and actions. It was further examined the cycles and main leaderships of the institution, the municipal commissions' role about accomplished events together the community, and how online social networks influencing leaders and supporters' communication and mobilising. The research's source are books, articles, newspapers, the institution's oficial channels in the internet, beyond the interviews with the commissions leaders.

Keywords: Southern Region. Organization. Separatist Movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ações de 1992 a 1995	25
Figura 2 – Ações de 1997 a 2002	25
Figura 3 – Ações de 2003 a 2010	26
Figura 4 – Ações de 2012 a 2015	26
Figura 5 – Cartaz do PLEBISUL	28
Figura 6 – Resultado do PLEBISUL 2016	28
Figura 7 – PLEBISUL 2016 - Resultado por estado	29
Figura 8 – Resultado do PLEBISUL 2017	30
Figura 9 – PLEBISUL 2017 - Resultado por estado	30
Figura 10 – Folder arrecadação fiscal dos três estados do sul de 2015	32
Figura 11 – Folder arrecadação fiscal dos três estados do sul de 2016	32
Figura 12 – Folder basta de Brasília	33
Figura 13 – Cartaz de evento em Chapecó, Maio 2016 – Curso de Líderes	42
Figura 14 – Cartaz de evento em Xanxerê, maio 2017 – Palestra Explicativa	42
Figura 15 – Cartaz do evento Mateando com o SUL, em Chapecó	43
Figura 16 – Participação de integrantes do Movimento de Chapecó nos atos pró impeachment da presidente Dilma em 2016	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Motivos para a separação	22
Quadro 2 – Sul Maravilha X Brasil Tropical	23

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	HISTÓRICO DOS CONFLITOS POR TERRITÓRIO NA REGIÃO SUL BRASILEIRA	14
3	O MOVIMENTO O SUL É MEU PAÍS	19
3.1	ORGANIZAÇÃO E AÇÕES DO MOVIMENTO	24
3.2	PERFIL DAS LIDERANÇAS DO MOVIMENTO	34
4	AS COMISSÕES MUNICIPAIS DA REGIÃO DE CHAPECÓ – SC: ORGANIZAÇÃO E AÇÕES	37
4.1	ORGANIZAÇÃO DO OMSP NA REGIÃO DE CHAPECÓ - SC	38
4.2	AÇÕES DAS COMISSÕES	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	47
	ANEXO A – CARTA DE PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO O SUL É MEU PAÍS.	49

1 INTRODUÇÃO

Em 09 de Abril de 1992 em meio à crise econômica e política do Governo Collor, em Laguna – Santa Catarina um grupo de catarinenses resolve fundar o Movimento O Sul É Meu País, com a intenção de separar os três estados do sul brasileiro. Inspirados na obra de Sérgio Alves de Oliveira – Independência do Sul – e no extinto Partido da República Farroupilha, além claro, de outros movimentos separatistas já existentes, o grupo resolveu dar um passo para ampliar o debate acerca da independência dos estados sulistas. Naquele momento o Brasil passava por uma grave crise política e econômica, após frustradas tentativas do governo federal para alavancar a economia, sucedido de grandiosos escândalos de corrupção, culminando no processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Melo.

Nas eleições municipais de 2016, mais de vinte anos após o nascimento do movimento, ocorreu nos três estados do sul brasileiro – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina – o plebiscito chamado de PLEBISUL, de cunho separatista, organizado pelo Movimento O Sul É Meu País. O propósito da ação era consultar o povo sulista sobre o desejo de separação da região do restante do país. O que até então era visto apenas em adesivos de carros e discursos isolados começou a tomar novo corpo e chamar a atenção da população em geral.

Nos últimos anos o Brasil vem enfrentando uma grave crise econômica: as taxas de desemprego voltaram a crescer depois de longo período mais estabilizadas. Teresinha da Silva Bello (1993), aponta uma forte ligação entre momentos de crise econômica e movimentos separatistas, talvez isso explique a retomada dessa pauta por alguns setores da sociedade sulista.

Partindo desse pressuposto, esse trabalho propõe a problematização acerca da organização do Movimento O Sul É Meu País em Chapecó – SC e região. Adotamos esse tema de pesquisa a partir da ampla disseminação dos ideais separatistas durante a greve dos caminhoneiros no início de 2015, quando nos três estados do sul em muitos locais da paralisação havia faixas e cartazes reivindicando a separação, e logo após a abrangente campanha de divulgação para o primeiro PLEBISUL, de 2016.

Para tentar entender como esse movimento se organiza nos voltamos um pouco para a história, e quando apresentado a organização nos dias atuais temos como foco principal a organização e as ações do movimento nos últimos quatro anos na região oeste catarinense, principalmente Chapecó e Xanxerê.

A fim de atingir o objetivo principal desta pesquisa, traçamos os objetivos específicos partindo da construção de uma linha histórica do movimento, apresentando seus ciclos e lideranças principais, as ações desenvolvidas no âmbito nacional (três estados do sul), destacando o papel das comissões municipais da região de Chapecó, suas formas de organização e ações realizadas, ressaltando o papel que as redes sociais desempenham na organização e mobilização de seus líderes e apoiadores.

Este trabalho se desenvolveu através de pesquisa documental, bibliográfica, via web, entrevistas e acompanhamento in loco de atividades do movimento. Foi utilizado o livro do

principal líder do movimento Deucher (2016) – O Movimento O Sul É Meu país; documentos oficiais da entidade, como edições do Jornal O Movimento, carta de princípios, entre outros; Deucher traz em sua obra o histórico da organização, princípios, as principais ações adotadas pela entidade nacional, além de citar as principais lideranças que conduziram o Sul é Meu País até os dias atuais. Falcão (2000) nos ajuda a entender como foi se constituindo o perfil e organização do movimento com seu livro “Entre o ontem e o amanhã: diferenças culturais, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX”.

Ainda na construção de uma linha histórica do sentimento separatista na região sul do Brasil, Luvizotto (2009) apresenta como a formação do Rio Grande do Sul sempre teve disputas por território, com duas grandes guerras. Valentini e Radin (2012) vão dialogar sobre a Guerra do Contestado que ocorreu entre Santa Catarina e Paraná; e Lopes (2004) vai trazer os principais elementos que marcaram a luta pela formação do estado do Iguazu nas regiões oeste de Santa Catarina e Paraná.

Para entender a função que as redes sociais desempenham na organização e divulgação das ações do movimento, será discutido com Tavares e Paula (2015) sobre relação dos movimentos sociais e as redes sociais, além claro, do reforço de Castells (2013), no que se refere a importância que as redes sociais de internet ocupam nos movimentos sociais da atualidade.

Conforme foi se desenvolvendo essa pesquisa, muitos desafios se desenharam, como a dificuldade no contato com as lideranças das comissões municipais. Após contato via e-mail e via WhatsApp com Celso Deucher, no final de junho de 2018, chegamos à pessoa de referência do movimento em Chapecó, e, ao ser consultado para possível entrevista, acenou positivamente para a mesma. Contudo alguns dias após a conversa realizada, o mesmo declinou da permissão para a divulgação do conteúdo, sob alegação de orientação da coordenação nacional, de que no período eleitoral as lideranças das comissões não se envolvessem em nenhuma atividade que pudesse no futuro trazer complicações à organização.

Após o ocorrido, já em setembro do mesmo ano, quando em contato com demais coordenações das comissões municipais da região de Chapecó, apenas uma se prontificou a estar colaborando com esta pesquisa.

Além das entrevistas durante toda a pesquisa acompanhei o movimento via web, pelos canais oficiais do movimento – site e página no Facebook – e também grupos de organizações locais das comissões da região próxima a Chapecó. É importante frisar que esta foi a principal fonte da presente pesquisa, uma vez que o movimento se organiza predominantemente através da internet e redes sociais virtuais. Fora da internet também consegui participar da edição de 2017 do PLEBISUL, na urna localizada frente ao estabelecimento comercial da Havan em Chapecó, onde pude presenciar a forma de votação e controle do evento.

Para que se possa entender o sentimento separatista na região sul, é necessária uma abordagem histórica, que se constrói desde a Guerra dos Farrapos de 1835 e vem aos dias atuais nos formatos desses movimentos. O primeiro capítulo será encarregado de fazer esse resgate, trabalhando com os vários momentos de conflitos e de organização popular em torno da vontade

de emancipação político administrativa desta região brasileira.

O segundo capítulo deste trabalho irá apresentar o movimento O Sul É Meu País, suas origens, argumentos, seus principais idealizadores e, suas ações mais relevantes no sul brasileiro, até chegar nos dias atuais que focam em dois projetos de lei de iniciativa popular nas três assembleias legislativas do sul.

Atentando nas comissões municipais da região de Chapecó – SC, o terceiro capítulo abordará a forma de organização do movimento, onde a principal ferramenta de comunicação são as redes sociais; e as ações das comissões municipais junto à comunidade nos últimos quatro anos.

2 HISTÓRICO DOS CONFLITOS POR TERRITÓRIO NA REGIÃO SUL BRASILEIRA

Ao longo de muitos séculos a região que hoje compreende os três estados do sul do Brasil – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – passou por várias disputas de território. Nos próximos parágrafos será abordado um pouco da colonização e formação econômica da região, bem como dos conflitos que tiveram maiores relevância no tear da história e que posteriormente servirão de argumento para justificar a separação dos três estados do sul brasileiro.

O Rio Grande do Sul era ocupado por grupos indígenas do tronco Jê e Mbaías, e vista como “terra de ninguém”. Com o intuito de evangelizar essas populações, em 1626 os padres jesuítas iniciaram uma aproximação com esses grupos para organizar aldeamentos, as chamadas reduções jesuíticas. Esse fato marca o início da colonização da área, o que mais tarde vai culminar no extermínio desses povos nativos.

Após a criação do que ficou conhecido como as Reduções dos Sete Povos em 1687, aconteceu o extermínio dessas reduções e de seus habitantes. Como os indígenas e jesuítas cultivaram a erva-mate e criavam gado solto, após o fatídico episódio, os rebanhos de gado e cavalo se criaram soltos pelas pradarias gaúchas, até que chegaram os primeiros grupos de imigrantes europeus.

Em 1770 iniciou-se a colonização do Rio Grande do Sul por imigrantes europeus, e os primeiros grupos que chegaram – atraídos principalmente pelo gado criado solto – foram os açorianos, fundando a cidade de Porto Alegre.

Após os açorianos vieram os alemães a partir do século XIX, mais precisamente em 1824, se situando onde hoje é a cidade de São Leopoldo. Esses ainda possuíam um perfil mais rural, não haviam sido “afetados pela revolução industrial”. Já a leva de imigrantes alemães que vieram a partir de 1848 formavam um novo perfil: “São em grande parte, artesãos e assalariados urbanos ou rurais(...)” Luvizotto (2009, p. 19). O Rio Grande do Sul passou a ser uma segunda pátria para os alemães. Eles por sua vez, nunca deixaram de cultuar seus costumes e, esse traço sempre foi um determinante na região.

Em 1875 iniciou a imigração italiana para a região. Esses por sua vez, ocuparam a região da serra, fundando a cidade de Caxias do Sul, e chegam no momento que o governo imperial tentava “branquear” a população brasileira.

A economia na região sul começou a se desenvolver nas missões e nas estâncias lagunenses e vicentinas, que foram responsáveis pela implantação da pecuária no Rio Grande do Sul, e a plantação de erva-mate – por parte dos indígenas guaranis. Com o ciclo do ouro em MG no início do século XVIII, o RS viu uma boa oportunidade de vender a produção da pecuária para essa região, pois ali os alimentos estavam com preços altos.

Com a indústria extrativista esparramando-se pelo Brasil central, formou-se primeiro mercado interno significativo no Brasil colônia, ao qual as estâncias gaúchas iriam atrelar-se, sendo essa uma das históricas razões econômicas da tensão entre o separatismo e o nacionalismo, vigentes até hoje no Estado. Luvizotto (2009, p. 21).

Com a criação das charqueadas, viu-se uma possibilidade de abrir um mercado mais vasto, pois era mais fácil de conservar a carnes, sem ter que fazer o transporte do gado em pé. Também as portas de outros países se abriram, pois, o charque era comida dos escravos. A moeda de troca também eram os escravos, e a chegada deles na região sul fez com que a produção aumentasse.

Assim a hierarquia social gaúcha era bem definida. No topo estavam os estancieiros, donos das charqueadas e os grandes fazendeiros, após os comerciantes que em sua maioria eram portugueses, seguido por alguns médicos e comerciantes.

Neste contexto do aumento do comércio interno brasileiro de charque é que vai surgir o primeiro grande conflito de território na região, após a dizimação das Missões Guaranis.

A Revolução Farroupilha foi a primeira tentativa de separação do sul do país. Teve seu início no descontentamento dos estancieiros com o preço da produção, altos impostos e quando a província possuía superávit, o governo tomava para si os lucros, taxas de importação e exportação altas. Nesta época, o estado possuía 400 mil habitantes em 14 municípios apenas.

Foram muitos anos de conflito, as tropas rebeldes começaram a sofrer perseguições das tropas oficiais do Estado, e “finalmente em 11 de setembro de 1836 o coronel farroupilha Antônio de Souza Neto proclamou em Piratini, próximo à fronteira com o Uruguai, a República Sul-rio-grandense(...)” Luvizotto (2009, p. 63).

Em 1840 houve a primeira tentativa de paz. Dois anos mais tarde a atividade bélica farroupilha estava em crise, o que agravava a situação dos rebeldes. Então, Bento Gonçalves que liderava a revolta, iniciou as discussões sobre a paz com o Barão Caxias (Luís Alves de Lima e Silva), que na época havia assumido a província do Rio Grande do Sul, comandando as tropas da guarda nacional contra os rebeldes.

Os chefes farroupilhas assumiram as negociações com a intenção de não saírem prejudicados.

A paz foi assinada em 1º de março de 1845 com a rendição farroupilha. Era o tratado de Poncho Verde que reconhecia Caxias como presidente da província, deixando todas as dívidas republicanas para o império. Os oficiais foram transferidos para as tropas imperiais, e libertaram-se os soldados negros. Luvizotto (2009, p. 65).

Porém, mesmo com a paz assinada em 1845, os solos gaúchos voltariam a viver outro conflito quarenta e oito anos após, mais sangrento inclusive do que a Guerra dos Farrapos. Conflito esse que ficou conhecido como Revolução Federalista.

A Revolução Federalista foi um conflito político de duas grandes forças partidárias no Rio Grande do Sul: os Liberais e os Republicanos.

Em 1882 foi criado o PRR – Partido Republicano Sul-rio-grandense. Possuíam como palavras de ordem “Centralização – desmembramento. Descentralidade – Unidade.” Luvizotto (2009, p. 68).

Os republicanos começaram a divulgar a ideia de autonomia regional e diversificação produtiva, se apropriando da memória farroupilha. Em 15 de novembro de 1889 houve o golpe antimonárquico, promulgando a Constituição Republicana Sulina.

Iniciou-se um confronto entre os republicanos e os fazendeiros “herdeiros sociais, políticos e territoriais dos liberais” Luvizotto (2009, p. 69). Os liberais eram acusados de serem monarquistas pelos castilhistas.

Para Mestri (2001a), na nova versão, a memória farroupilha passava a ser herança de todo sulino, não importando sua origem social, sua região de nascimento etc. Manipulava-se a história, apresentando o movimento como de toda a população do Rio Grande, contra o Estado Central. Luvizotto (2009, p. 70).

A Guerra começou em 2 de fevereiro de 1893, por um grupo de federalistas, comandados por Silveira Martins. Foi o confronto mais sangrento da história gaúcha. “(...) Em 23 de Agosto de 1895, o Rio Grande do Sul estava oficialmente pacificado.” Luvizotto (2009, p. 72), com a vitória das tropas republicanas.

Nas terras gaúchas os conflitos territoriais chegariam ao seu fim. Já nas terras catarinenses e paranaenses havia uma disputa “não armada” ocorrendo entre Brasil e Argentina; disputa esta que ficou conhecida como Questão de Palmas (1857 – 1895).

O conflito chamado de “Questão de Palmas” foi uma disputa de território entre o Brasil e a Argentina, local hoje que compreende as regiões oeste de Santa Catarina e do Paraná. Essa disputa iniciou antes mesmo do Tratado de Tordesilhas (1494), entre a Coroa Espanhola e Portuguesa, se estendendo por outros tratados - Tratado de Madri (1750) e Tratado de Santo Ildefonso (1777) - onde não havia acordo referente a posse das terras.

Ferrari (2005), apresenta que o impasse se iniciou logo após a independência da Argentina (1810) e do Brasil (1822), onde os argentinos requeriam o território conforme previsto no Tratado de Tordesilhas, que compreendia uma área de trinta mil seiscentos e vinte quilômetros quadrados (30620km²), antiga Misiones ou Território de Palmas.

Este impasse foi resolvido em 5 de fevereiro de 1895 pelo então presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, dando ganho de causa ao Brasil. Um dos principais motivos dessa vitória foi que a região já estava sendo povoada por brasileiros desde 1830, conclui Ferrari (2005).

Na mesma região pretendida pela Argentina anos mais tarde surgiu um novo conflito, dessa vez sem a participação do país vizinho. Com a construção de uma estrada de ferro problemas sociais se agravaram resultando na conhecida Guerra do Contestado, entre os anos de 1912 e 1916.

No ano de 1912 em terras catarinenses ocorreu um conflito armado que mais tarde ficou conhecido como Guerra do Contestado. Foi uma disputa de território envolvendo a população cabocla e posseiros contra o Estado catarinense e federal.

A região fronteira entre Santa Catarina e o Paraná estava sendo disputada pelos dois estados, além de um conflito com os habitantes da região, que sofriam pelo descaso do governo e pela falta de regularização das terras; é o que mostra os autores Valentini e Radin (2012).

Com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, o governo catariense doou faixas de terra à companhia *Brazil Railway Company*, e a mesma ficou responsável em colonizar a região com pessoas “preparadas” para o cultivo das terras e desenvolvimento do local. Com o fim da construção da estrada de ferro houve muitas pessoas desempregadas que acabaram ficando naquele lugar, aumentando o contingente de pobres. Os autores afirmam que além disso, a empresa tomou posse das faixas de terra que havia ganhado do Estado – quinze quilômetros de terra de cada lado da estrada de ferro – consideradas devolutas. Os desempregados mais os desapossados se uniram em torno do discurso do monge José Maria e iniciaram o conflito em 1912 na batalha do Irani.

Durante o conflito houve o surgimento de vários redutos dos rebeldes e vários líderes e monges, tornando o conflito com características de movimento messiânico. O fim da Guerra ocorreu em 1916 com a prisão do líder Adeodato, do último reduto de resistência, com muitas baixas no exército dos caboclos.

Essa população sofreu alguns anos ainda até que o governo nacional voltasse a olhar para ela, mais especificamente para a fronteira com a Argentina, no sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, quando criou o Território Federal do Iguaçu (TFI) em 1943.

O TFI foi criado pelo Decreto de Lei nº 5.812 de 13 de Setembro de 1943, assinado pelo então Presidente da República Getúlio Dorneles Vargas. Abrangia o Oeste e Sudoeste do Paraná, e o Oeste de Santa Catarina. Foi extinto em 1946 através do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, determinada no Âmbito da Assembleia Nacional Constituinte daquele ano.

O TFI existia para proteger as fronteiras do Brasil e desenvolver essas regiões fronteiriças. A capital era em Iguaçu – atual Laranjeiras do Sul, como aponta Lopes (2004). Imediatamente parte da população não concordou com tal extinção, afinal isso significava uma série de cortes nos investimentos na região, e começaram a organizar um movimento pela volta do TFI, em forma de uma Unidade Federativa, pedindo a emancipação da região, surgindo assim o Movimento pelo Estado do Iguaçu, complementa o autor.

Uma das queixas apresentadas pelos líderes do movimento é que com a criação do TFI muitos investimentos que até então eram desconhecidos da população como a criação de várias escolas, foram cortados, o que ocasionou o fechamento das mesmas, afirma Lopes (2004), deixando novamente aquele povo esquecido pelo governo federal.

Após o período da Ditadura Militar, o movimento se organizou para apresentar um projeto durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) em 1987, que defendia um plebiscito para consulta da população sobre a questão. A proposta foi derrotada em votação (27 contra, 19 favoráveis ao plebiscito).

Com esta perda, o movimento passou a se articular para apresentar uma proposta de

emenda popular, tendo realizado um abaixo assinado, contando com mais de 50 mil assinaturas, porém o Deputado Nilso Romeu Sguarezzi, que havia assinado a emenda e se comprometido a colocá-la em pauta na Câmara, retirou a mesma antes de ser votada, causando uma nova frustração aos líderes da reivindicação, sustenta Lopes (2004).

Nota-se que a região reclamava de vazio político, não apenas do governo federal, mas dos dois estados – Paraná e Santa Catarina – pois ambos não conseguiam atender as demandas da região, proporcionando ao movimento espaço para debate e principalmente para criar a ideia de abandono na população, frisa Lopes (2004).

Em 1990 Edi Siliprandi (principal líder do movimento na época) se elegeu deputado federal pelo Paraná, apresentando um Projeto Legislativo para a realização de um plebiscito popular. Com o parecer favorável do relator do projeto de nº 141/91 a proposta foi a plenário para a votação. A essa altura os governos estaduais de Santa Catarina e Paraná já haviam articulado uma campanha contra o projeto. Ao final da votação, o movimento do Estado do Iguaçu foi derrotado, recebendo 90 votos a favor, 177 contra e 13 abstenções. Após essa derrota o movimento perdeu muita força. Já Siliprandi não conseguiu se reeleger nem em 1994, e nem em 2002.

Essa organização movimentou a região, fazendo com que os governos de Santa Catarina e do Paraná tomassem iniciativas para minimizar os problemas e as reivindicações da região insatisfeita. Foram criadas secretarias de desenvolvimento do Oeste (tanto no Paraná como em Santa Catarina) afim de desenvolver a economia da região, melhorar a infraestrutura e, resolver conflitos agrários - como a legalização fundiária no Paraná.

Muitas obras também foram construídas, em parcerias com o governo do estado e federal, como a Usina Hidrelétrica Itaipu em Foz do Iguaçu (1975 - 1984).

O Movimento Pelo Estado do Iguaçu perdeu sua força com o desenvolvimento das regiões em questão. No mais, ficou um pouco do sentimento de “abandono do governo” na população. Este sentimento foi se construindo aos passar dos anos, e com todos os conflitos citados nesse capítulo. Nos dias atuais ainda se ouve falas sobre as altas taxas de impostos, cobrados pelo governo federal, e sua má distribuição entre os estados, onde alguns teriam maiores privilégios que os outros. Nos traz novos movimentos dentre a população, com novas bandeiras, porém, com discursos semelhantes. É o que iremos abordar no próximo capítulo.

3 O MOVIMENTO O SUL É MEU PAÍS

Neste capítulo será apresentado o Movimento o Sul É Meu País, como ele surgiu em Santa Catarina na década de 1990 e como se expandiu aos outros dois estados da região sul brasileira; além da forma que se organiza estruturalmente – estatuto e comissões municipais, e, seu histórico e ações.

No final dos anos 1980 e início da década de 1990 surgiu um novo fenômeno social no sul do Brasil, a organização de movimentos declaradamente separatistas¹. Pode-se apontar a publicação do livro de Sérgio Aves de Oliveira: “*A Independência do Sul*” em 1986 como o principal marco para a formação de tais organizações. Nesta obra o autor trabalha os motivos pelos quais o povo sulino deveria lutar pela independência, como por exemplo a má distribuição dos impostos por Brasília e o sentimento de diferença com as demais regiões brasileiras.

(...) pela primeira vez era defendida abertamente e sem meias palavras a unidade dos três estados meridionais e a formação de um Estado soberano envolvendo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Deucher (2016, p. 51).

No final da década de 80 o Brasil passava pelo processo de redemocratização após o fim da ditadura militar, que governou o país por quase 20 anos. Oliveira em sua obra vai traçar uma linha de raciocínio para construir o que posteriormente será o principal alicerce na carta de princípios do separatismo no sul.

(...) na maior parte do tempo da história nacional o povo tem vivido mais no meio de esperanças do que no meio de realidades que possam dar margem ao desenvolvimento pleno da sociedade, tanto pelos aspectos sociais propriamente ditos, quanto pelos aspectos políticos e econômicos. Negar essa realidade dá no mesmo que negar a história. Oliveira (1986, p. 12).

Nos anos 90 o Brasil estava em meio a uma grave crise econômica, e os planos de estabelecimento da economia não davam certo; havia também denúncias de corrupção envolvendo órgãos e personalidades públicas que resultaram no impeachment do presidente Collor em 1992. Falcão (2000), vai apontar que houve muitos escândalos de corrupção envolvendo políticos e empresários do nordeste o que agravou ainda mais a indignação do povo no sul com referência às outras regiões brasileiras.

Também em curso mundial, a globalização trazia consigo a ideia de enfraquecimento dos Estados-Nação, e muitos países começaram a transparecer seus conflitos internos e houve a criação ou, independência de muitos novos países (ex. a URSS, que se dividiu em várias nações), influenciando os simpatizantes do separatismo.

¹ Podemos citar alguns movimentos: - Rio Grande do Sul: Movimento República Pampa; Movimento República Rio-Grandense; - Paraná: Sociedade Amigos do Paraná; Movimento República das Araucárias; e – Santa Catarina: O Sul É Meu País. Fonte: Deucher (2016).

Em 1990 Irton Marx² escreve o livro “Vai nascer um novo país: República do Pampa” onde ele lançou o Movimento Pelo Pampa Livre, onde propõe a criação do país dos pampas, separando apenas o estado do Rio Grande do Sul.

No ano de 1990 surgiu no Rio Grande do Sul um partido político chamado de Partido da República Farroupilha, com o objetivo de amparar os ideais de autodeterminação do sul, porém seu registro foi negado no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS). Deucher (2016) assinala que, no surgimento do partido e em seu curto percurso, a comissão eleita para coordenar os trabalhos e presidir o partido - liderada pelo Sérgio Alves de Oliveira – elaborou um manifesto, direcionado aos habitantes do sul, onde os ideais separatistas foram apresentados em apelo por apoio ao povo rio-grandense.

Nesse cenário no ano de 1992 na cidade de Laguna em Santa Catarina, nasce o Movimento O Sul É Meu País, (OSMP) durante um encontro de alguns simpatizantes à causa. São eles: Adílcio Candorin, Paulo Roberto Lopes, Hiário Pereira, Neire Maria Brum Stüpp, Ivete Scopel, José Augusto Alles, Silas Pacheco, Zenon Faísca, Carlos Alberto Izidoro e Natanael Coelho, descreve Deucher (2016).

Depois desse dia, há uma série de acontecimentos com datas bem próximas, que devem ser registradas para compreender os rumos que o movimento tomou nos anos seguintes.

Após a fundação do movimento, outros simpatizantes aderiram às reuniões, e no dia 26 de abril de 1992 foi eleita e empossada a primeira Comissão do movimento. Assim, as reuniões foram ocorrendo semanalmente na Associação Comercial e Industrial de Laguna. No dia 17 de maio de 1992, os organizadores do movimento conseguiram o registro jurídico em cartório para o OSMP.

O movimento começou a expandir sua área de atuação, relata Deucher (2016), iniciando reuniões nos municípios próximos, como Tubarão, Criciúma e Florianópolis, onde encontraram apoio de alguns parlamentares estaduais, como Reno Caramori e Gilmar Knaesel, e federais como Dercio Knop e Edson Bez de Oliveira. Com o tempo, conquistou simpatizantes no Paraná, liderados por Oscar Pacheco e Oswaldo de Jesus Filho.

Irton Marx estava organizando um congresso em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul onde debateria os ideais separatistas, e o grupo do OSMP demonstrou interesse de participar. Porém, na proposta separatista de Marx os demais estados do sul não se encaixavam na região geográfica da nova nação proposta, e isso representava um desafio para os catarinenses apresentar suas ideias, indica Deucher (2016). Esse congresso tinha por objetivo reunir todos os movimentos separatistas do Rio Grande de Sul, como o Movimento Pátria Livre (MPL), o Movimento República Rio-Grandense (MPRRG), e o Partido da República Farroupilha (PRF), no dia 27 de maio de 1992, para debater as propostas e definir rumos dos movimentos.

Foi de extrema importância ao Movimento O Sul É Meu País, pois é ali que seus idealizadores se apresentam no Rio Grande do Sul e conseguem conquistar lideranças gaúchas.

² Irton Marx (1/10/1947) (MARX, s.d.) jornalista e político brasileiro, criador do Movimento Pelo Pampa Livre, autor do livro “Vai nascer um novo país: República do Pampa”. Foi acusado de racista e enfrentou longo processo, ganhando indenização pelas acusações. Fonte: Wikipédia.

Ao perceberem que precisavam de apoio, os separatistas gaúchos resolveram buscar apoio nos vizinhos mais próximos, pois assim, acreditam, será mais fácil atingir seus objetivos, uma vez que alegam que Paraná e Santa Catarina sofrem da mesma discriminação por parte do governo federal que o Rio Grande do Sul. Luvizotto (2009, p. 43).

Adílzio Candorin e Oscar Pacheco conseguiram apoio com os demais movimentos do congresso – citados anteriormente – (exceto o Movimento do Pampa Livre) para que o debate de proposta de separação de todo o sul fosse adotado pelos outros movimentos separatistas. Porém não houve uma “junção” de todos eles (movimentos) em um só, aponta Deucher (2016), e sim, a criação de uma Frente de Libertação do Sul, a FLS, onde Irton Marx ficou na presidência. Essa organização tinha como missão manter cada movimento e sua identidade/proposta, e criar um elo entre todos para que o debate pudesse avançar e enriquecer.

A FLS foi muito importante para o OSMP, pois foi através dela que o movimento conseguiu organizar comissões no RS, expandindo seus debates em todos os estados do sul, aumentando o número de simpatizantes.

Um dos encaminhamentos do I Congresso Independentista do Sul foi a realização de um segundo congresso, em um curto espaço de tempo. Assim, Laguna recebeu nos dias 18 e 19 de julho do 1992 o II Congresso Independentista do Sul.

Neste congresso Irton Marx foi retirado da presidência da FLS e também dos debates acerca da questão separatista do sul, pois o mesmo possuía ideias radicais e um perfil autoritário, o que desagradava aos líderes do OSMP.

Após um pronunciamento ‘desagradável’ de Irton Marx, o presidente do Movimento catarinense e principal articulador da entidade também nos demais estados, Adílzio Candorin, entregou a presidência do Congresso a Oscar Pacheco dos Santos e foi à tribuna, de onde fez um discurso que se tornou histórico para a instituição. É considerado pelos ativistas do Movimento O Sul É Meu País como marco fundador da instituição. Ovationado pelos presentes, o discurso de Candorin se transformaria nos pilares da filosofia e das teses abraçadas e defendidas pelo Movimento O Sul É Meu País nos três estados (...). Deucher (2016, p. 62).

Após esse congresso o OSMP uniu forças nos três estados do sul, e intensificou suas ações de divulgação e inclusão de simpatizantes. Em sua carta de princípios, o OSMP apresenta oito fatores para a separação: políticos, tributários, econômicos, geográficos, culturais, sociais, morais e históricos.

Quadro 1 – Motivos para a separação

Políticos	A má distribuição dos cargos na política, referente aos estados, seus números de habitantes e à representação política.
Tributários	Grandes arrecadações e má distribuição do bolo tributário.
Econômicos	“Em todos os setores da sua economia, o Sul sustenta, com muito trabalho, padrões de qualidade que lhe credenciam estar no seletivo grupo de países de primeiro mundo”.
Geográficos	Sua área corresponde a 6,8% do território do Brasil, “(...)apresenta uma situação geográfica totalmente favorável.” Divisa com Argentina, Paraguai e Uruguai, onde possui um intercâmbio comercial favorável.
Culturais	“A população sulina reúne mais de 27 milhões de pessoas, de origem europeia, miscigenada ao africano, ao americano nativo e ao asiático. Essa miscigenação que absorveu cultura, costumes e tradições de quatro continentes, associada aos fatores climáticos e geográficos inerentes ao sul, moldou o perfil que lhe é peculiar, diferenciando-o das demais regiões da América Portuguesa.”
Sociais	Graças ao neocolonialismo de Brasília o povo sulino está sendo conduzido a grandes taxas de pobreza.
Morais	A impunidade, falta de investigação de crimes, como estelionato, peculato, de formação de quadrilha, entre outros.
Históricos	Referente aos conflitos históricos de cunho separatista ocorridos na região ao longo dos anos, como a Guerra dos Farrapos.

Fonte: Carta de Princípios do Movimento o Sul é Meu País

Falcão (2000), trabalha que há três matrizes principais de fatores que motivam o movimento: descontentamento fiscal e representação política; preconceito regional e social: valores simbólicos como origem e trabalho e; enfraquecimento dos Estados-Nação em meio a fenômenos como a globalização.

Muitos materiais que trazem dados sobre arrecadação de impostos pelos três estados do sul, e retorno dos mesmos pelo governo federal, são veiculados nos meios oficiais do SMP. Para isso Falcão vai apontar que:

(...) é preciso encerrar com extrema reserva as informações contidas nos quadros e tabelas divulgados pelos periódicos que advogam o separatismo,

com o objetivo de provar mediante números e porcentagens a existência de uma discriminação contra a região sul, no que tange à relação entre remessa e retorno de verbas federais. Seja como for, porém, tal argumentação permite rastrear uma das mais importantes matrizes simbólicas do ideário separatista no sul, a qual é reiterada incessantemente em artigos, panfletos, boletins e peças de oratória: o governo federal privilegia o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste na distribuição dos recursos que arrecada, sendo tal situação resulta em boa medida e distorções na representação parlamentar junto ao Congresso Nacional, onde estas regiões possuem elevado número de deputados e senadores sem qualquer parâmetro de proporcionalidade com os demais (...). Falcão (2000, p. 304).

Essa linha de pensamento é o argumento mais importante dos separatistas do sul, tanto que em resposta ao Ministro da Justiça Mauricio Corrêa em 17 de abril de 1993 sobre as acusações de que o movimento era uma conspiração política de traidores da pátria, Adílzio Cadorin fala com clareza que “o voto dos cidadãos do Norte e Nordeste valham até cento e vinte e cinco vezes que o voto da grande maioria da população das regiões Sul e Sudeste (...)” Falcão (2000, p. 305).

No segundo fator que motiva o movimento, Falcão traz argumentos utilizados em periódicos do movimento na década de 1990, onde “(...) não chega a surpreender que o ‘Jornal do Movimento’ (JORNAL. . ., 1993; JORNAL. . ., 1994; JORNAL. . ., 1994) estampe repetidos artigos nos quais são tecidas edulcoradas análises da região sul, como ‘O Sul Maravilha e o Brasil Tropical’ (...)” Falcão (2000, p. 308).

Quadro 2 – Sul Maravilha X Brasil Tropical

Sul Maravilha	País sério, trabalhador, quase nunca faz festa/trabalham mais, Suíça Latino Americana, carregam até nove nordestinos nas costas...
Brasil Tropical	Mulatas cariocas dançando seminuas no carnaval, criminosos devastam a Amazônia, longos carnavais no nordeste afetando o trabalho...

Fonte: Falcão (2000), 2009

No terceiro fator, Falcão (2000) aponta que os líderes do movimento acreditam que ao se tornar independente o novo território se tornaria uma “Suíça latino-americana”, pois a população trabalha e se diverte de vez em quando, mas que sofre com a corrupção brasileira e os descasos do governo federal.

Este diagnóstico possibilita localizar uma terceira matriz simbólica instituinte do discurso separatista: a condição da região sul percebida como uma dura-doura subalternidade, dependência e menosprezo, o que além de contrariar um dos pilares de um presumido Direito Natural à felicidade e autodeterminação, contradiz aquilo que é apontado como uma das mais significativas tendências da atualidade, ou seja, o fracionamento dos Estados-Nação para a constituição

de países menores territorial e populacionalmente, porém mais homogêneos do ponto de vista de sua aptidão e de sua identidade cultural. Falcão (2000, p. 310).

Outra discussão considerada fundamental pelo movimento é sobre a questão do municipalismo.

No decorrer desta pesquisa nos deparamos com um discurso sempre voltado ao município, que, segundo vários artigos ligados ao movimento, deveria receber mais importância no cenário nacional. Partindo dessa ideia, o movimento abraça a bandeira municipalista como forma de república a se construir no novo país.

Desde o surgimento do movimento essa pauta é defendida, e reassumida inúmeras vezes, como por exemplo, na edição de N° 22 do Jornal do Movimento de 1995 (JORNAL. . . , 1995), em uma coluna assinada por Dom Dirceu Milani, na qual o autor salienta que os tributos deveriam ficar no município: *“Pouparíamos ao nosso dinheiro o desagradável ‘passeio turístico’ a Brasília, muitas vezes. Se aqui ficasse a nossa parte, não haveriam tantos problemas sem solução.”*

Na Carta de Laguna (CARTA. . . , 2003) que foi lançada em 2003 novamente o movimento reafirma seu compromisso com essa causa, onde propõe a criação de uma “República Municipalista”.

Em entrevista no ano de 2017 ao ClicRDC Celso Deucher³ afirmou que a proposta para o novo país é que seja uma República Municipalista Parlamentarista, onde 80% dos impostos ficariam nos municípios e apenas 20% iriam para a nação “para ela cuidar das forças armadas, moeda, uma coisinha ou outra, representação internacional e nada a mais.” Deucher (2016).

3.1 ORGANIZAÇÃO E AÇÕES DO MOVIMENTO

Os primeiros anos do movimento tiveram a agenda bem movimentada, com a direção procurando realizar muitos encontros de formação para lideranças. Vale frisar que não será dado foco integral à todas as atividades realizadas pelo movimento neste trabalho. Nos concentraremos mais nas atividades de formação de lideranças e congressos da organização, pois é nesse meio que o movimento se estruturou durante pouco mais de duas décadas.

Na figura abaixo apresentamos uma pequena síntese das principais atividades do OSMP em seus primeiros anos.

³ Entrevista publicada em 01-09-2017. Disponível em: <https://clircdc.com.br/sem-categoria/o-sul-e-o-meu-pais-e-ideia-de-separacao/> acessado em 20/10/2018 às 22:30hr.

Figura 1 – Ações de 1992 a 1995



Fonte: Elaborada pelo autor, 2018

Nos primeiros meses do ano de 1993 os líderes do movimento focaram na formação de lideranças de suas bases para que o debate se expandisse com qualidade, organizando os Seminários de Lideranças, tendo o primeiro encontro no dia 13 de fevereiro de 1993 em Balneário Camboriú. Neste mesmo ano ocorreram mais dois seminários. Nos anos seguintes essa foi uma das principais ações do movimento. Ao final do ano de 1993 e início de 1994 o movimento se organizou para se filiar a União de Povos e Nações Sem Estado - UNPO na Holanda. Deucher (2016, p. 110).

Figura 2 – Ações de 1997 a 2002



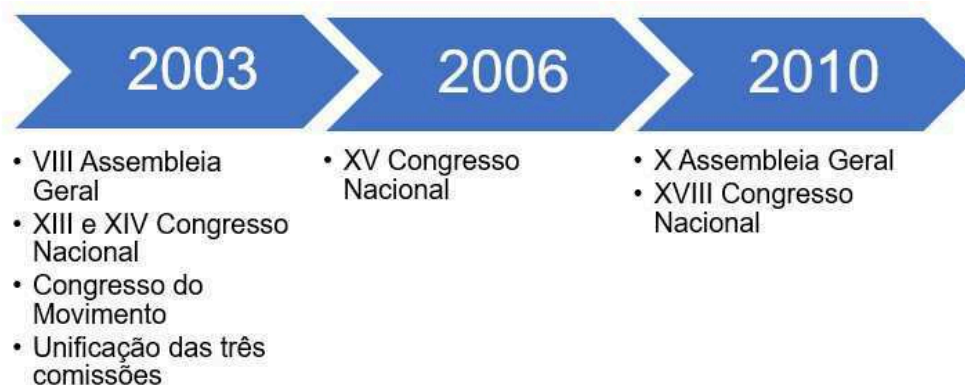
Fonte: Elaborada pelo autor, 2018

Entre os anos de 1997 e 2002 (exceto 1998), as ações se centraram nos seminários de lideranças. No ano de 1998 o foco foi a participação nas eleições, com o intuito de eleger deputados representantes do movimento, ou engajados na causa, o que de fato não conseguiu êxito, frustrando os líderes do movimento.

No ano de 2000 surge o GESUL – Grupo de Estudos Sul Livre, em 26 de agosto na cidade de Brusque:

Nascia deste encontro de Brusque o Gesul (Grupo de Estudos Sul Livre) que tomaria para si a incumbência de aprofundar os estudos sobre o direito de autodeterminação dos povos, bem como estudar e formatar um projeto de País para os Sul-Brasileiros. Deucher (2016, p. 120).

Figura 3 – Ações de 2003 a 2010



Fonte: Elaborada pelo autor, 2018

A VIII Assembleia Geral e o XIII Congresso Nacional (outrora chamado de Seminário de Lideranças) ocorridos simultaneamente nos dias 26 e 27 de Julho em Laguna – SC em 2003, foram marcados pela união das três comissões do movimento sob um mesmo estatuto e uma carta de princípios, e o lançamento da Carta de Laguna, “(...) que exorta novamente os Sulistas a unirem forças para lutar contra o imperialismo de Brasília.” Deucher (2016, p. 129)

No Jornal do Movimento, Nº 44 de 2004 (JORNAL. . ., 2004), foi publicada integralmente a Carta de Laguna. Um de seus parágrafos reforça a ideia de um Estado que dá muitas despesas, indicando a necessidade de uma “República Municipalista”, “(...) onde os mais de 5000 municípios detenham realmente autonomias verdadeiras (...)” CARTA DE LAGUNA (2003).

Figura 4 – Ações de 2012 a 2015



Fonte: Elaborada pelo autor, 2018

Em 2012 foi comemorado 20 anos do movimento em Balneário Camboriú nos dias 26 e 27 de maio com o XX Congresso Nacional. Nos dias de encontro muito debateu-se sobre a causa do movimento e suas atividades desenvolvidas, como as pesquisas de opinião organizadas pelo Gesul desde setembro de 2011. Adilcio Candorin em sua fala defendeu a necessidade da realização de um plebiscito por conta própria do movimento, para que se tivesse uma noção maior do apoio à causa na região sul, apontou Deucher (2016).

O XXII Congresso Nacional realizado na cidade de Passo Fundo – RS nos dias 20 e 21 de setembro de 2014, teve dois momentos: o primeiro a participação da semana farroupilha da cidade, com a divulgação de *folders* da causa; e o segundo momento onde foi debatida a realização do plebiscito:

Nesta segunda etapa, o Plebiscito por meios legais ou feito diretamente pela entidade era um passo concreto em busca do objetivo final. Desde 1992 o Movimento vinha monitorando a questão independentista Sulista através de pesquisa de opinião. (...) Em 2016, esta nova etapa terá um capítulo especial e vai iniciar o processo de consultas diretas nas urnas. Deucher (2016, p. 150).

Em 2015, na Assembleia Geral Extraordinária o movimento formou a CCO (Comissão Central Organizadora) do Plebiscito Consultivo, que iria acontecer no ano seguinte, em 2 de Outubro, mesmo dia das eleições municipais, porém em votação paralela, nos municípios que havia comissão do movimento formada. Deucher (2016, p. 196).

Se faz necessário ligar essa construção do plebiscito com um ponto da carta de princípios do próprio movimento, onde está escrito o seguinte compromisso: “Com a consulta popular, através da realização plebiscitória e de levantamentos, pesquisas para aferição da vontade popular, se deseja ou não a sua autodeterminação independentista ou confederativa;” (Carta de Princípios, movimento O Sul É Meu País. 1992, A)

No XXIII Congresso Nacional ocorrido em Curitiba/PR no ano de 2016 foi lançado oficialmente a campanha para o plebiscito, com cartilha, site, logotipo e programa de cadastramento de voluntários. Deucher (2016, p. 201).

Figura 5 – Cartaz do PLEBISUL



Fonte: www.sullivre.org

O primeiro Plebisul ocorreu no dia 02 de Outubro de 2016, como já mencionado, teve 616.917 votantes em mais de 500 municípios, segundo a CCO do evento.

A seguir gráfico com percentagem dos resultados do primeiro Plebisul:

Figura 6 – Resultado do PLEBISUL 2016



Fonte: <https://www.sullivre.org/plebisul/>

Figura 7 – PLEBISUL 2016 - Resultado por estado



Fonte: <https://www.sullivre.org/plebisul/>

Podemos observar que nos três estados do sul a grande maioria foi favorável à separação, somando num total 590.664 votos a favor e 26.253 contrários. No Paraná foi o estado que obteve maior rejeição à proposta da separação, somando 11,18% votos contrários, já em Santa Catarina – que foi o segundo na porcentagem contrária – somaram 5,37% contra, ao passo que o Rio Grande do Sul obteve apenas 2,79% contrários.

No ano de 2017 ocorreu o segundo Plebisul, no dia 07 de outubro nos três estados do sul, com urnas espalhadas pelos municípios que, com comissão formada e registrada ou não, organizaram grupos de voluntários para coordenar as votações.

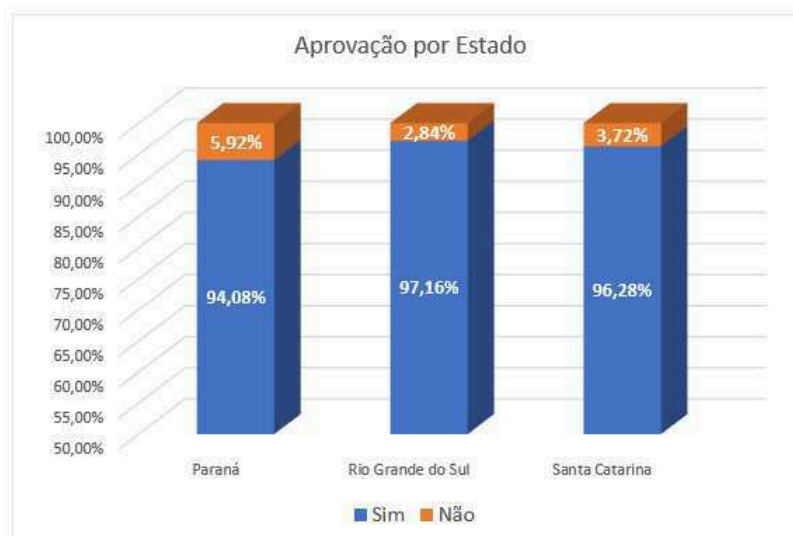
Segundo a Cartilha do plebiscito, a meta era de alcançar um milhão de votantes nos três estados, e que para isso, cada município teria a sua própria meta, porém, o número alcançado foi muito abaixo do que o pretendido – 364.256. A seguir nas figuras 8 e 9 a porcentagem dos votos e a votação por estado, consecutivamente:

Figura 8 – Resultado do PLEBISUL 2017



Fonte: <https://www.sullivre.org/plebisul/>

Figura 9 – PLEBISUL 2017 - Resultado por estado



Fonte: <https://www.sullivre.org/plebisul/>

Ao observar os dados apresentados nos gráficos, percebemos que a votação afirma que 96% das pessoas consultadas concordam com a separação, e 4% contrárias. Já a votação por estado o Paraná e Santa Catarina novamente foram os estados com maiores taxas de reprovação – por mais que os valores sejam irrelevantes – ao passo que o Rio Grande do Sul lidera a aprovação, chegando à 97,16% de votos favoráveis.

Ainda em tempo, vale-se analisar que segundo dados do IBGE apenas o estado de Santa Catarina é responsável por abrigar aproximadamente 7.075.494 pessoas. Somando os três estados juntos, chegamos a 29.754.491 pessoas. Ou seja, mesmo em 2016 quando o PLEBISUL

obteve uma maior votação, apenas 8,71% da população expressou sua opinião na oportunidade, tornando o resultado da consulta insignificante para justificar a separação.

Podemos observar que nos últimos anos as atividades do movimento vêm crescendo consideravelmente, desde 2013/2014 precisamente, com o lançamento dos plebiscitos. Atualmente o OMSP está focado em duas atividades principais, dois Projetos de Lei de Iniciativa Popular – PLIP⁴: um que defende um plebiscito consultivo oficial, e outro que apresenta a proposta de criação de um bloco sul brasileiro de integração e cooperação.

Seguindo a ideia dos dois plebiscitos realizados, o SMP trouxe uma novidade: a proposta de realizar um plebiscito oficial consultivo, através de um PLIP, cuja proposta deverá ser apresentada nas três Assembleias Legislativas (PR, RS e SC) e posteriormente ir à votação. Para que essa proposta possa ser discutida pelos deputados é necessário assinaturas de 1% da população de cada estado.

A proposta de criação do PARLASUL (Denominação criada pelo movimento para o bloco sul brasileiro de integração) possui três versões adaptadas para cada Assembleia Legislativa e suas respectivas leis. No entanto possuem a mesma ideia central de instituir e criar “o Bloco Sul Brasileiro de integração e cooperação mútua nas áreas social, econômica, política, cultural científica e tributária, formado pelos três Estados da Região Sul do Brasil, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e dá outras providências.” (Fonte – Projeto de Lei de Iniciativa Popular Bloco Sul Brasileiro de Integração e Cooperação).

Esse projeto defende que a região sul do Brasil irá investir em curto (10 anos) médio (20 anos) e longo prazo (50 anos) ações que unifiquem e desenvolvam educação, tecnologia, ciência, formando um “Polo regional de conhecimento científico e profissionalizante de referência”. Além da área de ciência e tecnologia, esse Bloco Sul Brasileiro deverá desenvolver ações no campo das agroindústrias, padronizar a tributação – uniformidade geográfica – transformando tributos como o ICMS, IPVA, entre outros, terão o mesmo percentual nos três estados.

Há alguns fatores necessários para tentar entender a retomada da popularidade do movimento nos últimos anos. Percebe-se que a partir de 2012 com o congresso que comemorou os vinte anos do movimento e a definição da realização de plebiscito pelo SMP, houve uma nova onda de adesão da população sulista, principalmente em 2014 com a reeleição da presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), e início da crise econômica e partidária brasileira, juntamente com a Operação Lava-Jato.

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo (BACHTOLD, 2015) (versão digital) no dia 15 de Março de 2015, Carlos Zatti, líder do movimento pelo Paraná já citado no capítulo anterior, afirmou que depois da reeleição de Dilma o OMSP teve o apoio aumentado na região.

Após a reeleição de Dilma, o país se viu dividido, e a região nordeste foi fortemente atacada por aqueles que não concordavam com o resultado das urnas. Um discurso que ganhou voz foi o de que os estados do sul sustentam o nordeste, comparando repasses fiscais da nação,

⁴ Ambas propostas podem ser encontradas nos seguintes endereços: <<https://www.sullivre.org/plebiscito/>> e <<https://www.sullivre.org/blocosul/>>.

ou apenas a divulgação da arrecadação fiscal dos três estados do sul brasileiro (por parte do OSMP), sem maiores aprofundamentos referentes à investimentos e/ou outros repasses federais, como podemos perceber nas imagens a seguir:

Figura 10 – Folder arrecadação fiscal dos três estados do sul de 2015



Fonte: <https://www.sullivre.org/plebisul/>

Figura 11 – Folder arrecadação fiscal dos três estados do sul de 2016



Fonte: <https://www.sullivre.org/plebisul/>

Podemos perceber que o movimento OSMP divulga tabelas com dados de arrecadação e retorno de impostos. No ano de 2015 a região sul teve retorno de apenas 20% dos valores arrecadados, ao passo que em 2016 foi retornado 24,38%. Porém as tabelas não citam outros possíveis investimentos por parte do governo federal na região sul.

Barros (1993), aponta que o discurso separatista constrói uma narrativa de “*ruptura de contrato entre destinador e destinatário*”, onde o destinador seria o Brasil e o destinatário

seria a região sul. No caso, o destinatário teria cumprido com suas obrigações num suposto contrato, e o destinador deixado a desejar, o que justificaria por exemplo o uso recorrente da afirmação “chega de Brasília”, pois a mesma (que representaria num sentido amplo os políticos – deputados federais, senadores e presidente – e outras instituições a nível federal da Nação) não estaria retribuindo de forma correta todos os esforços da região sul.

Figura 12 – Folder basta de Brasília



Fonte: página oficial do movimento no Facebook - @FLNBR

Fica evidente que após muitos anos sem ações mais expressivas, as duas últimas de maior importância e/ou movimentação foram em 1998 com o foco nas eleições e, em 2000, quando fundam o GESUL. O OSMP volta a debater com a sociedade de forma mais ampla nesse contexto de crise econômica e política após 2013 (com as Jornadas de Junho), que culminam no impeachment da então presidenta Dilma Rousseff em 2016⁵.

Silva Bello (1993), em seu artigo “Movimento separatista e crise econômica” aponta que:

É meu pensamento que o movimento separatista – à semelhança dos distúrbios sociais, religiosos, étnicos e separatistas que vêm se registrando em todo o Mundo – está diretamente ligado à crise econômica atual que abala todo o sistema capitalista e às tentativas de sair de superação dessa crise. Enquanto o grande capital procura espaço mundial, a eliminação de fronteiras e o liberalismo comercial, a classe trabalhadora e o pequeno capital procuram resguardar-se em movimentos nacionalistas, que se estendem por um aumento nas pressões protecionistas relacionadas ao comércio exterior, passam pela exclusão de minorias étnicas e religiosas, podendo mesmo chegar ao separatismo. Silva Bello (1993).

Esse trecho nos remete ao início do OSMP, em 1992, onde o Brasil passava por forte crise econômica e política, com sucessivas tentativas frustradas de recuperação, casos de corrupção, além do impeachment de Fernando Collor de Mello. Foi nesse contexto que o movimento teve uma certa repercussão nacional, como mencionado já no capítulo anterior, e notadamente que teve maior número de ações, como formações de lideranças.

⁵ Segundo entrevista de Jessé Souza (SOUZA, s.d.).

Coincidência ou não, é justamente em um momento parecido que o movimento voltou a ter popularidade nos últimos anos, onde o país passou por momentos de recessão, aumento da taxa de desemprego, descrença política, escândalos envolvendo grandes nomes da política e por fim, um impeachment. Podemos sim afirmar que esse contexto todo é responsável pelo crescimento do Movimento o Sul É Meu País nesses anos.

Mas sem dúvidas não se pode ignorar que apesar desse crescimento de popularidade, entre 2013 e 2016, o PLEBISUL de 2017 ficou bem abaixo das metas previstas pelos líderes do OSMP. Observando o cenário nacional, ao mesmo tempo que houve esse sentimento de não pertencimento (em 2014-2016), uma corrente mais ligada ao nacionalismo⁶ (MERELES, 2017) ganhou força e passou a fazer parte do pensamento e discurso de muitos brasileiros, culminando em uma candidatura a presidência do País (que posteriormente venceu a disputa eleitoral, sendo escolhido para Presidente do Brasil) onde o lema é “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”.

3.2 PERFIL DAS LIDERANÇAS DO MOVIMENTO

Ao analisar a obra de Celso Deucher, podemos elencar os principais líderes do movimento, os quais (na maioria das vezes) estiveram envolvidos na direção nacional do OSMP, ou em comissões, ou na gestão do GESUL. Sendo eles: Adílcio Cadorin, Oscar Pacheco dos Santos, João Fernando Mainardi, Gerson Petry, Sérgio Alves de Oliveira e Carlos Zatti, o próprio Celso Deucher e, recentemente Sandra Parma também vem ganhando destaque nas ações do movimento.

Adílcio Cadorin foi uns dos principais fundadores do OSMP, é advogado com duas especializações, em direito imobiliário e em direito financeiro e bancário. Foi prefeito de Laguna – SC durante o período de 2001 a 2004 pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista), atualmente filiado ao DEM (Democratas). Foi condenado por improbidade administrativa⁷ em 2014, após acusação do Ministério Público e acabou perdendo seus direitos políticos por cinco anos, e o pagamento de multa aproximada a 14.762,50 reais.

Oscar Pacheco dos Santos é paranaense, delegado de polícia e advogado. Foi presidente do movimento do Paraná durante muitos anos, segundo Deucher (2016), é creditado à ele a criação do nome do movimento.

João Fernando Mainardi é empresário do ramo de embalagens, reside em Segredo – RS, já foi prefeito da cidade na primeira legislatura do município em 1991, pelo PDT. Atualmente é filiado ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Sérgio Alves de Oliveira talvez seja um dos mais antigos envolvidos na causa, foi autor do livro que inspirou o OMSP – A Independência do Sul (1986). É advogado, sociólogo e

⁶ O presidente eleito, ano de 2018, Jair Bolsonaro, representa um pensamento de ideologia nacionalista (MACEDO, s.d.; LONGO, 2018).

⁷ Segundo dados encontrados no site da JusBrasil: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/72639492/djsc-04-07-2014-pg-1208>.

pós-graduado em sociologia pela PUCRS. Mantém um blog junto ao site Jornal da Cidade Online, onde a grande maioria de seus artigos são relacionados à política, com a explícita defesa de ideias conservadoras de direita, ligadas diretamente a Jair Messias Bolsonaro, e críticas e acusações contra o Partido dos Trabalhadores e a Lula, como o caso do artigo intitulado “O incêndio do Museu Nacional teria sido vingança dos fanáticos por Lula?”⁸, publicado no dia 03 de Setembro de 2018.

Carlos Zatti é paranaense, é escritor, compositor e bacharel em Ciências contábeis. Considerado um dos fundadores do OMSP no Paraná, nos primeiros vinte anos do movimento, sempre esteve envolvido nas direções do mesmo, ocupando diversos cargos.

Celso Dorvalino Deucher é catarinense e atualmente é o principal líder do movimento, autor do livro *O Sul É Meu País*, Deucher (2016), é formado em filosofia e história, além de possuir pós-graduação em história da África. Atua como professor e jornalista. Juntamente com Adilcio Cadorin, já citado, teve seus direitos políticos cassados por cinco anos, acusados de mau uso de dinheiro público. Na ocasião Celso era proprietário do jornal e gráfica responsável pela produção do material da prefeitura de Criciúma, que foi acusado de produzir material oficial com promoção da imagem do prefeito.

Sandra Parma catarinense, formada em ciências contábeis, é a liderança mais recente no movimento. Em entrevista ao site ApoiaBR⁹ afirmou que no ano de 2014 entrou para o movimento, onde entre os anos de 2015 e 2017 realizou mais de 200 palestras nos três estados do sul. No ano de 2018 foi candidata a deputada estadual pelo PMN, sob a bandeira do OSMP, e com apoio do movimento¹⁰.

É importante salientar que desde o início o movimento não foi apoiado por simples desinformação de seus idealizadores e seguidores, como o próprio Falcão (2000) aponta:

Este ‘absurdo’, ‘iniciativa excêntrica e destinada a dar em nada’, era com certeza incrementado pela crise econômica e pela frustração com os políticos, mas não devido à precariedade de informações ou de formação escolar daqueles que o aceitavam. Quanto a isso, bastaria reparar no perfil dos adeptos do separatismo, que em grande número eram profissionais liberais, ou nas suas redes de difusão entre os estudantes de instituições de ensino superior em Santa Catarina. O mais lamentável, contudo, era (e ainda é) a recusa explícita em discutir com seriedade as movimentações para a tal simpatia com ideias m’mirabolantes’ e sonhos com um país ‘utópico’. Falcão (2000, p. 326).

Ao concluir este capítulo, temos a clareza do perfil dos líderes do movimento a nível nacional, com diversas formações acadêmicas como jornalistas, advogados, sociólogos, além de empresários, escritores e políticos, inclusive no caso especial de Adilcio Candorin e Celso Deucher que são sempre apontados como dois dos principais líderes, estão com seus direitos

⁸ Artigo publicado na seguinte plataforma: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/11268/o-incendio-do-museu-nacional-teria-sido-vinganca-dos-fanaticos-por-lula>.

⁹ Informação disponível em: <https://www.apoiabr.com.br/Candidato/DetalheCandidato/sandraparma> consultado em 10/09/2018 às 21:00h de 30/09/2018.

¹⁰ Conforme podemos verificar na publicação da página oficial do OSMP no Facebook @FLNBR: <https://www.facebook.com/FLNBR/photos/a.271971969557579/1958911834196909/?type=3&theater> Acessado em 08/10/2018 às 21:00h.

políticos cassados, por mau uso de dinheiro público. Lembramos que um dos motivos que impulsionam e/ou justificam o OSMP e que, está sempre presente no discurso de suas lideranças é justamente a luta contra a corrupção de Brasília.

Seguindo o debate, nos debruçaremos no próximo capítulo na organização e ações das comissões municipais da região de Chapecó – SC.

4 AS COMISSÕES MUNICIPAIS DA REGIÃO DE CHAPECÓ – SC: ORGANIZAÇÃO E AÇÕES

Até o momento analisamos as raízes do OSMP, como ele se organiza, quais suas ações mais consideráveis e um pouco do perfil de seus líderes. A partir deste capítulo nos voltaremos às comissões municipais da região de Chapecó, apresentando a forma como se organizam e se articulam para realizar as ações do movimento junto da comunidade.

Como já afirmado no capítulo anterior, o OSMP tem como base principal suas comissões municipais espalhadas pelos três estados do sul. A ideia é que as comissões pautem as demandas do movimento, possuindo assim liberdade de realizar atividades além da agenda oficial do movimento nacional, firmada nos compromissos da Carta de Princípios:

COM ESTRUTURA ADMINISTRATIVA HORIZONTAL, ampla autonomia para as diversas comissões regionais, municipais, de bairros e especiais, sem cercear suas iniciativas, desde que não contrariem os princípios inarredáveis do Movimento e as limitações firmadas de comum acordo entre as lideranças pertinentes; (...). (Carta de Princípios, movimento O Sul É Meu País. 1992, A).

De acordo com dados do site oficial do OSMP há registradas 107 comissões municipais nos três estados, sendo 16 no Paraná, 33 em Santa Catarina e 58 no Rio Grande do Sul. Na região oeste catarinense são precisamente sete municípios registrados.

Segundo o estatuto do movimento, no Art. 17; parágrafo 1 e 2, onde fala sobre a administração do movimento são elencados quais cargos as comissões regionais e municipais deverão ter: presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro.

Observando a organização do movimento, destacamos aqui, o papel das redes sociais como principal meio para articulação do OSMP.

O movimento se organiza a nível nacional, estadual, regional/municipal por meio de redes sociais/mídias sociais, destacando-se a página oficial o OSMP no Facebook “O Sul É Meu País” encontrada por meio de @FLNBR e, o site oficial do movimento: www.sullivre.org.br. Para as ações das comissões municipais, observei grupos no Facebook, de cada comissão, como “O SUL E O MEU PAIS – CHAPECÓ”; “O SUL E O MEU PAIS – 5º MICRORREGIÃO CHAPECÓ” e, “O SUL É MEU PAÍS – 20º MICRORREGIÃO XANXERÊ (SC).

Tavares e Paula (2015), afirmam que as redes “não são apenas facilitadoras da ação coletiva, mas são, também, produto desta, visto que a participação possibilita a formação de novas ligações/relações.” Tavares e Paula (2015, p. 12), ou seja, essa organização via redes sociais virtuais é totalmente aceitável como uma forma estratégica para alcançar novos membros e simpatizantes, fortalecendo o movimento e, diminuindo distâncias, mas é importante lembrar que “(...) as ações não se situam apenas no campo virtual e nem se esgotam nele” (idem).

Manuel Castells, por sua vez, teoriza a questão da organização dos movimentos sociais por meio de redes digitais, como forma de construir uma autonomia de comunicação no que diz respeito a sua organização.

Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores criando novas normas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre de controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida. Castells (2013, p. 12).

Ressalta-se o Movimento “O Sul é o meu País” pode ser considerado um movimento social de direita, pois as suas lideranças e políticos defendem propostas do ideário burguês, ou seja, os interesses da classe dominante. Silva et al. (2014). No entanto, não é objetivo deste trabalho problematizar este tema.

A partir do exposto acima passamos a analisar a forma de organização das comissões de Chapecó e Xanxerê.

4.1 ORGANIZAÇÃO DO OMSP NA REGIÃO DE CHAPECÓ - SC

Os municípios com comissão registrada no oeste catarinense segundo o site do movimento são: Abelardo Luz, Bandeirante, Ouro Verde, Quilombo, São José do Cedro, Xaxim e Xanxerê, sendo os dois últimos com a mesma relação de diretores no site. Porém há muitos municípios sem esse registro no site e que estão organizados, como Chapecó ¹¹, que possui um grupo que organiza eventos como palestras, e o próprio PLEBISUL.

Na primeira edição do PLEBISUL ¹² em 2016, na região do oeste catarinense houve urnas de votação em 13 cidades no oeste catarinense, já em 2017 foram 16, comprovando que a organização do movimento nos municípios vai mais além do que as comissões registradas no site do mesmo.

No grupo de Facebook do OSMP de Chapecó é o espaço onde os eventos são divulgados, alguns líderes passam artigos e notícias publicadas no site do SMP ou mesmo pela página oficial do movimento na própria plataforma. Pode-se perceber que apesar não haver comissão registrada há movimentação referente a organização do movimento na cidade.

Conforme o próprio Celso Deucher (DEUCHER, s.d.) afirmou em conversa via e-mail e após via WhatsApp, há nomes de líderes como referência do movimento no local. Estes irão aparecer nas ações que serão descritas no próximo item do capítulo.

¹¹ Foi contatado com o líder do OSMP de Chapecó, que é professor universitário, através de WhatsApp (contato de referência passado por Celso Deucher no WhatsApp), e após realizado entrevista pessoalmente. Não será utilizado o conteúdo desta conversa no desenvolvimento do trabalho, pois o entrevistado desautorizou a divulgação das informações alguns dias após nosso encontro.

¹² Conforme dados divulgados no endereço: <https://www.sullivre.org/plebisul/> Acessado em 25/10/2018 às 16:05h. Para a análise foram observados os locais de votação das microrregiões de Chapecó, São Miguel do Oeste e de Xanxerê.

Na tentativa de conhecer melhor a organização do movimento nas comissões municipais¹³, várias tentativas de conversa e/ou entrevista foram tentadas, porém apenas o líder do movimento de Xanxerê, Mauro Giacomini nos permitiu divulgar o conteúdo da entrevista. Giacomini possui 48 anos, é contador e participa do movimento desde maio de 2016.

Giacomini iniciou sua resposta relatando que as comissões possuem regulamentação, a partir de decisões do GESUL, que é um grupo de estudos existente desde 1992 – que possui estatuto, carta de princípios, manifesto libertário, atas e outros documentos – indicando que (eles) as comissões seguem regras pré-determinadas. Quanto a organização, o entrevistado indica que o movimento se organiza em comissão nacional, estadual, regional, microrregional e municipal. Sobre a comissão municipal Giacomini afirma que:

(...) a comissão nacional indica um simpatizante de cada região para representar localmente, porém é incentivado que [se] crie uma comissão municipal local para a materialização do Movimento com eleição de um presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário no mínimo. Giacomini (s.d.).

Além dessa informação, ele afirma que existe uma anuidade criada aos simpatizantes que quiserem se associar ao movimento – a nível nacional, no caso – o que pode ser acessada no site oficial do movimento¹⁴.

Questionado sobre os motivos que o levam a participar do OSMP, Giacomini aponta que concorda com os princípios do movimento, principalmente no que se refere a busca pela autodeterminação da região sul-brasileira. Se refere também ao “descaso que a região sofre do poder central de Brasília, exemplo retorno de somente aproximadamente 20% da arrecadação de tributos federais que vai para Brasília(...)” nas palavras do próprio, argumentando que o recolhimento e retorno desses tributos são nessas proporções sob o motivo de ajudar os estados mais pobres (da Nação), e que isso ocorre há mais de 100 anos e nada foi resolvido, e o que está acarretando em pobreza aqui no sul.

Giacomini afirma que não possui nada contra o Brasil em si, porém, é um país de proporções continentais, e que governar/administrar a Nação tendo os moldes atuais – centralizado nos sistemas e regimes atuais – não será uma tarefa fácil.

Nota-se que o discurso do entrevistado vai ao encontro do discurso oficial do movimento, sobre a desigualdade na distribuição do retorno dos impostos (em relação a demais regiões brasileiras), sem citar outras formas de investimento por parte de Governo Federal, e nas dificuldades de se administrar um país de tamanha proporção, o que acarreta em uma provável pobreza da região sul.

Quanto ao movimento em Xanxerê, O líder/presidente disse/informou que Os encontros da comissão acontecem geralmente em estabelecimentos comerciais de simpatizantes, ou então

¹³ Os dados dos líderes foram fornecidos pelo site do movimento <sullivre.org.br>, na seção “sobre nós – organização – comissões municipais”.

¹⁴ No site do movimento há uma plataforma chamada “Loja” onde é ofertado a filiação com cobrança de anuidade e, a carteirinha do movimento. Disponível em: <https://www.sullivre.org/loja-virtual/>

em salas da ACIX (Associação Comercial e Industrial de Xanxerê) e da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas).

Já sobre o perfil dos participantes, ele definiu como uma participação bastante eclética, com pessoas mais velhas e até menores de idade, mas que a grande maioria tem mais de 40 anos. No que se refere às profissões, Giacomini diz que há estudantes, empresários e empregados.

4.2 AÇÕES DAS COMISSÕES

Conforme já apresentado neste trabalho, o Movimento O Sul É Meu País desenvolve várias ações nos três estados do sul brasileiro, como o PLEBISUL. Também já foi exposto que esse movimento se articula em comissões municipais, que são as responsáveis em organizar e realizar as ações propostas pela coordenação nacional em suas localidades. A partir de agora será dado enfoque nas ações dos municípios da região de Chapecó e Xanxerê – SC.

No Plebisul de 2016¹⁵, 13 municípios da região de Chapecó participaram, com 32 urnas distribuídas por diversos pontos das cidades. Foi obtido uma votação total de 19.507, destes 18.339 foram favoráveis e apenas 1168 contrários a separação do Brasil.

Em contrapartida no último Plebisul – 2017¹⁵, nesta mesma microrregião participaram 17 municípios com 28 urnas distribuídas, somando num total de 6887 votos, destes, 6625 foram favoráveis à separação, enquanto apenas 262 se colocaram contrários. Essa diferença de números também foi vista em todos os resultados do PLEBISUL, como já mostramos no capítulo anterior.

Giacomini de Xanxerê quando questionado qual a forma que o PLEBISUL foi organizado em sua cidade, respondeu de forma breve como foi a ocorrência do plebiscito nos três estados, e focando na sua cidade ele apontou que tudo foi organizado seguindo orientações do movimento a nível nacional. Para custear o material de urnas, cédulas, adesivos e panfletos, a comissão de Xanxerê contou com a ajuda de empresários, simpatizantes e voluntários. Sobre os locais para as urnas (tanto em 2016 como em 2017), as lideranças do município escolheram espaços privados de grande movimentação, com a permissão de seus respectivos proprietários, sendo esses pontos: Supermercados Brasão, Badotti, Hiper Badotti, Gentil, Nelson Marció e Lanchonete Bistrô.

Em Chapecó, as urnas também se localizaram em pontos de grande circulação, como mercados e lojas.

Afim de acompanhar essa atividade *in loco* no núcleo chapecoense, no ano de 2017 e também para analisar como que o Plebisul estava sendo organizado – no que se refere a controle de votação, estrutura, entre outros – fui até a urna situada frente à loja Havan. No local havia um casal cuidando da urna e em breve conversa informal, tive a informação de que eram voluntários para o plebiscito e que participavam do movimento em Chapecó. Para votar não era necessário apresentação de nenhuma documentação, e o controle era por meio de um pingão de tinta (de recarga de pincel marcador) em cima da mão. Assim, segundo o presidente da urna as pessoas

¹⁵ Dados do Movimento, disponíveis em: <https://www.sullivre.org/plebisul/>.

seriam identificadas em outras urnas, evitando um voto repetido. Juntamente com a votação havia ficha de abaixo assinado para o PLIP do plebiscito, onde era necessária apenas o número do título de eleitor, ou na falta deste, o nome da mãe.

Segundo a cartilha do PLEBISUL 2017, haveria no final da votação a execução de uma auditoria das urnas:

(...) Após finalizada a votação, o presidente de cada seção eleitoral, convidará os cidadãos e entidades que estiverem presentes, para fazer a auditoria do PLEBISUL, e na presença deles iniciará a contagem dos votos no próprio local onde a urna coletou os votos (...). CARTILHA EXPLICATIVA (s.d.).

Giacomini explicou como foi realizado o procedimento de auditoria em Xanxerê: “(...) Auditoria das urnas [foi] feita no local com testemunhas, fotos, arquivo dos boletins de apuração e depois foi alimentado sistema na internet e página do Plebisul”. Ou seja, seguiu as orientações do movimento nacional.

Observando os encaminhamentos de Plebisul em Chapecó, posso afirmar que a comissão local realizou os procedimentos da mesma forma, seguindo as orientações da cartilha quanto a auditoria e ao financiamento dos materiais.

O sistema ao qual Giacomini se referiu ao escrever sobre o Plebisul foi tirado do ar pouco tempo após a divulgação dos resultados. Ele estava situado no seguinte endereço eletrônico <<http://plebisul.sullivre.org/>>; e nesta plataforma continha relação de pessoas simpatizantes, voluntários no plebiscito, direção e organização do evento. Também trazia gráficos sobre o desempenho de cada estado e município, além de citar que 100% das urnas haviam sido auditadas.

Ainda sobre a realização do PLEBISUL, Giacomini afirmou que os custos com as urnas, células e afins de votação, foram arcados com doações de empresários, voluntários e simpatizantes do movimento.

Porém não só de PLEBISUL que vive o OMSP. Há a realização de várias formações, palestras, eventos de panfletagem, mateadas entre outras atividades que são divulgadas em suas páginas e sites oficiais, que possuem o objetivo de divulgação da causa, de seus ideais e princípios.

Ao ser questionado sobre outras atividades desenvolvidas junto à comunidade, se a comissão segue apenas a agenda nacional ou se constrói uma agenda própria de intervenção junto ao município, Giacomini apenas mencionou que o movimento nacional incentiva que as comissões criem seus próprios eventos, pois defende a horizontalização administrativa e tributária, e que tudo acontece nas comunidades, conforme consta na Carta de Princípios do movimento.

Acompanhando as ações do movimento via web desde o início do ano de 2017, através do site oficial de página do Facebook, percebe-se que há uma relação relevante de eventos nos últimos anos na região, como várias palestras e formações de lideranças, organizadas pelo movimento nacional. A seguir cartazes de algumas dessas atividades.

Figura 13 – Cartaz de evento em Chapecó, Maio 2016 – Curso de Líderes



Fonte: www.sullivre.org.br

Figura 14 – Cartaz de evento em Xanxerê, maio 2017 – Palestra Explicativa



Fonte: www.tudosobrexanxere.com.br

Figura 15 – Cartaz do evento Mateando com o SUL, em Chapecó

**O SUL
É O MEU PAÍS**

Xanxerê - SC
**Convida para Palestra
Explicativa**

Com Rogério Kunz - Coordenador Mesorregional

Dia 27 de Maio
Às 16:00h

Contatos: Mauro (49) 99989-7595
Gilmara (49) 99836-9368

LOCAL:

**Auditório da AEEX - Centro Comercial Tiradentes
Av. Brasil, 260 - 6º andar - Xanxerê / SC**

Fonte: Perfil @FLNBR - Facebook

Além desses eventos houve também várias mobilizações junto com a comunidade de Chapecó, como panfletagens e divulgação das ideias do movimento durante os protestos pró impeachment da presidente Dilma em 2016. Neste mesmo ano, aconteceu o primeiro PLEBISUL.

Figura 16 – Participação de integrantes do Movimento de Chapecó nos atos pró impeachment da presidente Dilma em 2016



Fonte: Divulgação via Facebook, grupo – O Sul É Meu País Chapecó, 2016

Este último por sua vez novamente vem confirmando a ideia de que o movimento procurou se fortalecer durante o período de crise política e econômica que afetava o país, ressaltando o que Teresinha da Silva Bello escreve:

Assim, pode-se entender o movimento separatista como outro fruto da crise econômica, a qual não só induziu à mobilização do capital como levou a falência o Estado desenvolvimentista. Silva Bello (1993).

Sobre as duas atividades que o OSMP está se dedicando na atualidade – PLIPs do bloco econômico e do PLEBISUL oficial – foi possível observar durante a pesquisa que, os líderes das comissões eram responsáveis em recolher assinaturas de populares, utilizando, na grande maioria das vezes, as atividades oficiais do movimento ou, de forma anônima, em contatos diretos além eventos.

Podemos finalizar afirmando que o OSMP se articula de várias formas – com comissões registradas e não registradas – e, que segue a agenda da entidade a nível nacional, não propondo novas atividades em suas localidades. Organizam-se e se comunicam através das redes sociais virtuais, onde há uma intensa movimentação de divulgação de seus ideais, princípios, bandeiras e ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou analisar de que forma o Movimento O Sul É Meu País (OSMP) se constrói e se organiza nos três estados do sul brasileiro, e em suas comissões municipais da região de Chapecó – SC. Foi possível fazer um breve recorte da história, não apenas do movimento em si, mas sim de vários conflitos envolvendo questões de divisas e fronteiras que aconteceram na região em questão.

Podemos perceber que o movimento que surgiu em 1992 se articula em forma de rede via mídias digitais no âmbito das instâncias nacional, estadual e municipal – sendo as principais o site oficial do movimento e a página também oficial no Facebook. No caso dos municípios, o movimento se organiza em forma de comissões, sendo que nos focamos em duas: a de Chapecó e a de Xanxerê, apresentando a sua organização e as ações que elas participam, como o PLEBISUL, palestras e formações.

Exploramos a história dos movimentos separatistas que existiram na região sul, compreendemos que ao longo dos anos foi se construindo um sentimento separatista em partes da população sulista. Partindo desse pressuposto iniciamos a abordagem sobre o OSMP, apresentamos a trajetória do movimento, trazendo suas principais ações e seus principais líderes.

Olhando para as comissões municipais de Chapecó e de Xanxerê, percebemos que há comissões oficialmente registradas no site do movimento como a de Xanxerê, e outras que se articulam de modo não oficial, como a de Chapecó – mas que os líderes da estância nacional a reconhecem. Organizam-se e se comunicam através das redes sociais virtuais – WhatsApp e Facebook – onde encontram um amplo espaço para debates e disseminação de seus ideais e princípios e ações.

Ao desenvolver a pesquisa nos deparamos com muitas situações delicadas, como por exemplo, a dificuldade no contato e inserção nas comissões da região, em especial a de Chapecó. E mesmo quando feito o contato não nos foi autorizado a divulgação dos dados levantados, através de declínio do entrevistado, sendo possível questionar até que ponto o movimento é aberto ao debate e a críticas, como amplamente divulgado em seus meios oficiais.

Chama a atenção o movimento separatista O Sul É Meu País pela conjuntura em que o país se encontra nos últimos anos, mergulhado em uma crise política e econômica que abalou um modelo de governo que vinha proporcionando bem-estar à população e trazendo grandes melhorias na qualidade de vida desde o ano de 2003. Ao entrar em crise, cria-se um descontentamento muito grande em partes da população, que chegam ao ponto de não se identificar mais como brasileiros, clamando pela separação do Brasil, a fim de formar um novo país. Assim o OSMP voltou a intensificar seus trabalhos e, no mesmo ano do impeachment da presidenta Dilma realizam o primeiro PLEBISUL.

Porém esse momento (2013 – 2016) em que o Movimento O Sul É Meu País volta a crescer – em organização, simpatizantes e popularidade – o Brasil se depara com uma nova onda de sentimento nacionalista, que culmina na eleição a presidente em outubro de 2018, de um

candidato cujo lema da campanha nos remete aos tempos da ditadura militar “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, acarretando à um novo enfraquecimento do movimento, percebidos pela baixa adesão ao PLEBISUL de 2017.

Esta pesquisa desperta a curiosidade de aprofundar os estudos no assunto, principalmente no que se refere à área da economia, retornos fiscais e investimentos do governo federal na região sul, construindo uma análise da viabilidade financeira e econômica desse “novo país”.

REFERÊNCIAS

- BACHTOLD, Felipe. **Protestos contra o governo federal reúne 80 mil pessoas em Curitiba**. [S.l.]: Folha de São Paulo, 2015. Acessado em 29 de Agosto de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603270-protesto-contra-o-governo-federal-reune-80-mil-pessoas-em-curitiba.shtml>>.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Preconceito e separatismo no discurso: um discurso separatista gaúcho, 1993.
- CARTA de Laguna, 2003.
- CARTILHA explicativa. O Sul é Meu País. Acesso em 12 de Novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/cartilha-explicativa-plebisul-2017-tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-a-maior-consulta-popular-da-america-portuguesa/>>.
- CASTELLS, Manuel. **Articular mentes, criar significado, contestar o poder**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Zahar, 2013.
- DEUCHER, Celso. **Conversa com Celso Deucher**. [S.l.: s.n.]. Comunicação pessoal. Junho e Julho de 2018.
- _____. **O SUL É O MEU PAÍS**. 2. ed. Brusque, SC: Editora Gesul, 2016.
- FALCÃO, Luís Felipe. **Entre o ontem e o amanhã: diferenças culturais, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. 1. ed. Itajaí, SC: Editora Univali, 2000.
- FERRARI, Maristela. Conflitos políticos nas definições de limites entre o Brasil e a Argentina: A Questão de Palmas e Misiones (1857-1895). In: ANAIS do X Encontro de Geógrafos da América Latina. USP: [s.n.], 2005.
- GIACOMINI, Mauro. **Entrevista com Mauro Giacomini**. [S.l.: s.n.]. Comunicação pessoal. Agosto de 2018.
- JORNAL do Movimento: Ano II, 1993. Edição 04.
- JORNAL do Movimento: Ano II, 1994. Edição 15.
- JORNAL do Movimento: Ano II, 1994. Edição 20.
- JORNAL do Movimento: Ano III, 1995. Edição 22.
- JORNAL do Movimento: Ano XII, 2004. Edição 44.
- LONGO, Ivan. **“Brasil acima de tudo”: Slogan de Bolsonaro faz referência ao da Alemanha nazista**. [S.l.]: Revista Fórum, 2018. Acessado em 23 de Outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/brasil-acima-de-tudo-slogan-de-bolsonaro-faz-referencia-ao-da-alemanha-nazista/>>.
- LOPES, Sérgio. “Estado do Iguazu”: a trajetória de um movimento. **Revista Informe Gepec**, v. 8, n. 2, 2004.

LUVIZOTTO, Caroline Krauss. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. 1. ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009. 90 p. ISBN 9788579830082.

MACEDO, Ana Carolina. **Em tom nacionalista Bolsonaro chega a novo partido e defende privatizações com limites**. Brasília, Brasil: O Globo. Acessado em 23 de Outubro de 2018 às 21:5h. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/em-tom-nacionalista-bolsonaro-chega-novo-partido-defende-privatizacoes-com-limites%20-22466672>>.

MARX, Irton. **Manifesto do povo gaúcho**. [S.l.: s.n.]. Acessado em 17 de Julho de 2017 às 15h. Disponível em: <<http://www.pampalivre.info/manifest.htm>>.

MERELES, Carla. **Nacionalismo: um conceito antigo que está votando à moda**. [S.l.]: Politize!, 2017. Acessado em 23 de Outubro de 2018 às 21:5h. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/nacionalismo/>>.

OLIVEIRA, Sérgio Alves de. **Independência do sul**. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Martins Livreiro, 1986.

SILVA BELLO, Terezinha da. Movimento separatista e crise econômica. **Indicadores Econômicos**, 1993.

SILVA, Adriana Brito da et al. A extrema-direita na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, p. 407–445, set. 2014.

SOUZA, Jessé. **Golpe Nasceu em 2013**. [S.l.]: Instituto Humanitas Unisinos. Acessado em 28 de Setembro de 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/559796-para-jesse-souza-golpe-nasceu-em-junho-de-2013>>.

TAVARES, Wellington; PAULA, Ana Paula Paes de. **Movimentos sociais em redes sociais virtuais: possibilidade de organização de ações coletivas no ciberespaço**. v.4, n. 1. Bahia, Brasil: [s.n.], 2015. p. 213–234.

VALENTINI, Delmir; RADIN, José. A Guerra do Contestado e a expansão da colonização. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 19, n. 28, p. 127–150, 2012. ISSN 2175-7976.

ANEXO A – CARTA DE PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO O SUL É MEU PAÍS.

FINALIDADES: O “Movimento O Sul é Meu País” é uma instituição criada com a finalidade de elaborar estudos e organizar debates livres para avaliar as possibilidades pacíficas e democráticas de autodeterminação do povo sulino, que habita os territórios dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul através da forma plebiscitária.

FORMALIZAÇÃO E LEGALIDADE: A instituição foi criada nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e está registrada conforme prevê a Lei no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, possuindo sede nacional itinerante de acordo com a cidade do Presidente da Diretoria Nacional, conforme estabelecido no Estatuto da associação.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Fundamenta-se no Art. 4, item III, (Direito a autodeterminação dos povos), no Art. 5, itens IV, VII, XVI, XVII, XIX, XXI (Direito e liberdade de pensamento e direito de organização para expressar e divulgar o pensamento) da Constituição Federal e nas Resoluções das Nações Unidas especialmente na Resolução 1514 (XV).

FUNDAMENTAÇÃO UNIVERSAL DO DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO

Respalda-se na regra do milenar do Direito Natural de que os povos têm direito a sua autodeterminação, desde que a população emancipada expresse democraticamente sua vontade soberana. A Resolução 1514 (XV) da ONU é muito clara neste sentido quando diz que “Todos os povos têm o direito à livre determinação; em virtude deste direito, determinam livremente o seu estatuto político e orientam livremente o seu desenvolvimento econômico, social e cultural”. Regra considerada “divina”, existente desde os primórdios das democracias exercidas nas cidades/estados gregas e no antigo Senado Romano, onde afirmava-se que o direito à autodeterminação é uma lei natural, que não precisa ser escrita, e depois pelas modernas e crescentes doutrinas sociológicas, este princípio é acatado por todas as nações democráticas do Planeta, entre elas o Brasil, através do art. 4o. de sua Constituição. Países como os Estados Unidos, a Inglaterra e outros que possuem uma constituição com pouco mais de vinte artigos, reconhecem expressamente e dedicam capítulo especial a este preceito do direito natural. A ONU adotou o direito à autodeterminação como princípio basilar, de onde deriva e sustenta-se sua existência.

COMPROMISSOS

Durante estes 20 anos de existência, o Movimento realizou congressos e seminários, de onde foram surgindo e sendo aperfeiçoados os compromissos que, após apresentados, discutidos e aprovados por suas lideranças, passaram a integrar a Carta de Princípios, pautando o comportamento e atividades de toda sua militância e lideranças do Movimento. Compromissos, assim enumerados:

COM A DEMOCRACIA, repudiando o emprego de violência ou de grupos paramilitares; **CONTRA A DISCRIMINAÇÃO**, pautando-se contra qualquer forma de discriminação, seja ideológica, religiosa, sexual, racial, cultural ou social;

COM A CONSULTA POPULAR, através da realização plebiscitária e de levantamentos, pesquisas para aferição da vontade popular, se deseja ou não a sua autodeterminação independentista ou confederativa;

COM ESTRUTURA ADMINISTRATIVA HORIZONTAL, ampla autonomia para as diversas comissões regionais, municipais, de bairros e especiais, sem cercear suas iniciativas, desde que não contrariem os princípios inarredáveis do Movimento e as limitações firmadas de comum acordo entre as lideranças pertinentes;

COM O DESPERTAR DE CONSCIÊNCIA, através de promoção de seminários, congressos, publicações e debates com os diversos segmentos da sociedade sulina;

COM A TRANSPARÊNCIA, tornando pública a doutrina e os atos praticados pelo Movimento;

COM ADEQUAÇÃO AO RECONHECIMENTO INTERNACIONAL, junto às entidades internacionais, para o devido reconhecimento da legitimidade do direito de autodeterminação do povo sulino, incluindo a escolha da forma e do sistema de governo, através do exercício democrático, recusando, expressamente, a ingerência de pessoas, grupos e ou instituições estrangeiras.

FATORES QUE MOTIVAM A BUSCA DA AUTODETERMINAÇÃO

Diversos têm sido os fatores que nos impulsionam na direção da autodeterminação, e é necessário torná-los públicos, pois a grande maioria da população sulina é mantida na desinformação sobre sua própria potencialidade. Foi com este propósito, que após amplas discussões e a troca de pensamentos convergentes, em sucessivos encontros, debates e assembleias, que elaboramos o presente trabalho, cujo objetivo visa apresentá-lo aos que desejam a Independência, como forma de contribuição orientadora ao eficiente exercício de autodeterminação.

- **Fatores Políticos:** O franco desrespeito à regra constitucional de que “todos são iguais perante a lei”, além de que a cada eleitor deve corresponder um voto, permite que a representação na Câmara Federal seja viciada. Uma pernicioso representação parlamentar gritantemente desproporcionalizada, quebra também o preceito estabelecido na Constituição sobre a igualdade entre os Estados Federados. A existência de uma política financeira que premia a especulação em detrimento da produção. O terrorismo tributário, que pe-

naliza a cadeia produtiva e de consumo, jogando as livres iniciativas na marginalidade e promovendo o desemprego. A atual ausência de autonomia legislativa que deveria ser conferida às Assembleias Legislativas dos Estados, que permita legislar sobre matéria cultural, previdenciária, sanitária, penal, tributária e outras. O descaso com que o Sul tem sido distinguido permanentemente, relegado sempre a um segundo plano, tendo seus projetos e anseios sempre adiados indefinidamente.

- **Fatores Tributários:** A abominável sangria tributária da região Sul, sempre submetida à má distribuição do bolo tributário, que privilegia regiões, discriminando outras, bem como a má distribuição do nosso esforço tributário que apenas contempla o fortalecimento das oligarquias políticas clientelistas do Norte e Nordeste, em prejuízo das próprias populações daquelas regiões. A permanente discriminação orçamentária, que relega a Região Sul à quase inexistência de investimentos federais.
- **Fatores Econômicos:** A Região Sul tem todos os requisitos necessários para se tornar uma das nações mais prósperas do planeta. O seu potencial humano, social e econômico não deixa qualquer dúvida a respeito de sua viabilidade como país independente.
- **Fatores Geográficos:** Com uma área de 577.000 quilômetros quadrados, o conjunto sulista, formado pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresenta uma situação geográfica altamente favorável. Dotado de planaltos, planícies, serras, matas, rios navegáveis, diversos portos, um litoral imenso e um clima subtropical, apresenta condições tecnológicas e físicas para uma base agrícola produtiva e diversificada. Este grande espaço geográfico também apresenta um formidável potencial turístico, maior que a grande maioria dos países que têm nessa área uma de suas atividades mais importantes. O litoral catarinense é prodigioso em turismo e pesca. As serras gaúchas e catarinenses são conhecidas pelo notável clima de inverno. No Paraná, os rios navegáveis e suas cachoeiras além de gerarem toda a energia que necessitamos, deslumbram o mundo. Nosso litoral, com mais de 1500 quilômetros e seus cinco portos em atividade, causam inveja a países já desenvolvidos. A Região Sul confina com três países do Cone Sul: Paraguai, Uruguai e Argentina, com quem partilhamos um intercâmbio comercial através do Mercosul, além das afinidades tecidas pela história, geografia, clima, etnias e características culturais. Um aproveitamento racional desta geografia nos trará autonomia no campo energético, na indústria turística, na agricultura, na pecuária e em muitos outros campos das atividades econômicas, além de nos permitir um sistema natural de escoamento de produção. Em extensão geográfica, a Região Sul é maior do que 116 dos atuais 193 países existentes.
- **Fatores Culturais:** A população Sulina hoje é de cerca de 25 milhões de pessoas, de origem europeia, miscigenada ao africano, ao americano nativo e ao asiático. Esta miscigenação que absorveu cultura, costumes e tradições de quatro continentes, associada aos fatores climáticos e geográficos inerentes à Região Sul, moldou o perfil que é peculiar

do sulino, diferenciando-o das demais regiões brasileiras. O povo Sulino tornou-se assim detentor de uma diversificadíssima cultura, que se expressa através dos costumes e das tradições que a região cultiva, de onde se projetaram expressões artísticas para o mundo inteiro.

- **Fatores Sociais:** O galopante crescimento da pobreza da população sulina e sua acentuada degradação social, com a proliferação das condições subumanas, são fatores que causam indignação, principalmente porque não existe perspectiva de reversão deste caótico quadro dentro do cenário sob o controle do estado brasileiro.
- **Fatores Morais:** A falta de investigação séria e veloz diante das constantes e crescentes denúncias de estelionato, de peculato, de formação de quadrilha e de locupletação com os recursos do erário, com a impunidade que graça nos altos escalões do sistema pseudo federativo brasileiro, nos fazem acreditar na veracidade e atualidade das afirmações de Rui Barbosa: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”.
- **Fatores Históricos:** Por fatores semelhantes aos atuais, nossos ancestrais já empunharam a bandeira da Independência e da Autonomia. A República Juliana e a República Rio-Grandense são testemunhas seculares de que não estamos fazendo nada de novo, apenas dando vazão ao centenário ideal de autodeterminação que vem sendo cultivado pelo nosso povo. A Guerra do Contestado, a Revolução Federalista de 1893, a Revolução de 1930, a República de Lorena e a eclosão de outros movimentos políticos ocorridos nas diversas regiões que compõem os três Estados sulistas, nos legam a consciência de que a falta de Autonomia, sempre foi objeto de insatisfação sulina, seja plena ou parcial, motivo pelo qual entendemos que somos a continuação de história inacabada, que nos outorgou fortes exemplos de que somos herdeiros de uma personalidade aguerrida e que sabemos lutar para defender nossos ideais. Nós, os sulinos, quando o combate se tomava inevitável, sempre éramos chamados, desde os tempos do Império, ora para consolidar governos e formas de governo, ora para fixar e expandir fronteiras. Não é sem razão, que o sulino sempre afirmou orgulhoso, que as fronteiras brasileiras se consolidaram na “ponta de sua lança e nas patas de seus cavalos”. Somos um povo que tem seu passado escrito com o sangue e o trabalho de nossos ancestrais, e exatamente por termos consciência deste patrimônio histórico, é que nos sentimos responsáveis pela história que haveremos de deixar para os que vierem depois de nós. Somos amantes do trabalho e da liberdade, mas queremos ser os responsáveis pelo nosso destino.